

PREFEITURA MUNICIPAL DE GAMELEIRA
ANEXO 13 - BALANÇO FINANCEIRO
 Dezembro(31/12/2023)

Exercício de 2023



Pág.: 1

ISOLADO:1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE GAMELEIRA

INGRESSOS				DISPÊNDIOS			
ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
RECEITA ORÇAMENTÁRIA		71.313.995,44	67.975.614,20	DESPA ORÇAMENTÁRIA		54.142.527,39	50.147.368,67
ORDINÁRIO	1	18.479.677,92	41.653.651,56	ORDINÁRIO	5	22.707.937,20	21.728.220,10
VINCULADO	2	52.834.317,52	26.321.962,64	VINCULADO	6	31.434.590,19	28.419.148,57
RECURSOS VINCULADOS À EDUCAÇÃO		39.998.100,99	24.695.755,59	RECURSOS VINCULADOS À EDUCAÇÃO		30.003.208,63	27.221.930,67
RECURSOS VINCULADOS À OUTRAS DESTINAÇÕES		1.398.940,82	923.707,75	RECURSOS VINCULADOS À OUTRAS DESTINAÇÕES		1.431.381,56	1.197.217,90
RECURSOS VINCULADOS À SAÚDE		11.437.275,71	702.499,30				
TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS		0,00	0,00	TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS	7	17.398.152,18	19.091.321,98
TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS PARA A EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA		0,00	0,00	TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS - INDEPENDENTES DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA		0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS INDEPENDENTES DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA		0,00	0,00	TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS PARA APORTES DE RECURSOS PARA O RPPS		0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS PARA APORTES DE RECURSOS PARA O RPPS		0,00	0,00	TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS PARA APORTES DE RECURSOS PARA O RGPS		0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS PARA APORTES DE RECURSOS PARA O RGPS		0,00	0,00	TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS PARA A EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA		17.398.152,18	19.091.321,98
				REPASSE CONCEDIDO		17.398.152,18	19.091.321,98
RECEBIMENTOS EXTRA-ORÇAMENTARIOS	3	7.044.353,16	7.501.858,11	PAGAMENTOS EXTRA-ORÇAMENTARIOS	8	6.743.467,96	5.942.814,84
INSCRIÇÃO DE RESTOS A PAGAR		1.970.206,21	2.675.201,01	PAGAMENTOS DE RESTOS A PAGAR		1.906.870,53	939.740,87
RP NÃO PROCESSADOS - INSCRIÇÃO NO EXERCÍCIO		0,00	1.447.358,44	RP NÃO PROCESSADOS PAGOS		1.110.999,07	0,00
RP PROCESSADOS - INSCRIÇÃO NO EXERCÍCIO		1.970.206,21	1.227.842,57	RP PROCESSADOS PAGOS		795.871,46	939.740,87
DEPÓSITOS RESTITUIVEIS E VALORES VINCULADOS		4.790.745,64	4.546.220,90	DEPÓSITOS RESTITUIVEIS E VALORES VINCULADOS		4.534.832,76	4.766.251,51
RPPS - RETENÇÕES SOBRE VENCIMENTOS E VANTAGENS		15.342,79	14.481,34	CONTRIBUIÇÃO AO RGPS		2.175.318,82	2.501.635,43
CONTRIBUIÇÃO AO RGPS		2.382.387,41	2.250.074,21	OUTROS CONSIGNATÁRIOS		0,00	12.883,08
PENSÃO ALIMENTÍCIA		26.118,36	25.416,43	PENSÃO ALIMENTÍCIA		26.118,36	27.329,29
PLANOS DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA MÉDICA		15.161,80	16.103,90	PLANOS DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA MÉDICA		15.326,90	17.157,00
RETENÇÕES - ENTIDADES REPRESENTATIVAS DE CLASSES		122.739,51	122.314,37	RETENÇÕES - EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS		2.198.198,03	2.076.122,37
RETENÇÕES - EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS		2.228.995,77	2.090.408,00	RETENÇÕES - ENTIDADES REPRESENTATIVAS DE CLASSES		110.851,65	122.581,76
OUTROS VALORES RESTITUIVEIS		0,00	27.422,65	RPPS - RETENÇÕES SOBRE VENCIMENTOS E VANTAGENS		9.019,00	8.542,58
OUTROS RECEBIMENTOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS		283.401,31	280.436,20	OUTROS PAGAMENTOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS		301.764,67	236.822,46
CRÉDITOS A RECEBER POR REEMBOLSO DE SALÁRIO FAMÍLIA PAGO		211.210,34	238.674,81	CRÉDITOS A RECEBER POR REEMBOLSO DE SALÁRIO FAMÍLIA PAGO		214.643,95	205.677,24
CRÉDITOS A RECEBER POR REEMBOLSO DE SALÁRIO MATERNIDADE PAGO		72.190,97	41.761,39	CRÉDITOS A RECEBER POR REEMBOLSO DE SALÁRIO MATERNIDADE PAGO		87.120,72	31.145,22
SALDOS DO EXERC. ANTERIOR	4	1.337.644,24	1.041.677,42	SALDOS P/O EXERC. SEGUINTE	9	1.411.845,31	1.337.644,24
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		1.337.644,24	1.041.677,42	CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		1.411.845,31	1.337.644,24

LEANDRO RIBEIRO GOMES DE LIMA
 PREFEITO
 052.943.424-56

ALLEN WALDIR RAMOS FERREIRA
 CONTADOR
 061.660.034-80

Documento Assinado Digitalmente por: CLARICE PAULINO DA SILVA OLIVEIRA, LEANDRO RIBEIRO GOMES DE LIMA, ALLEN WALDIR RAMOS FERREIRA
 Assessoria: https://etce.tce.pe.gov.br/ep/validaDocumentoCodigo109411685efb6757e502424

PREFEITURA MUNICIPAL DE GAMELEIRA
ANEXO 13 - BALANÇO FINANCEIRO
Dezembro(31/12/2023)

Exercício de 2023



Pág.: 2

ISOLADO:1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE GAMELEIRA

INGRESSOS			DISPÊNDIOS				
ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
CONTA ÚNICA		1.312.128,72	1.031.894,74	APLICAÇÕES FINANCEIRAS DE LIQUIDEZ IMEDIATA		64.763,43	25.515,52
APLICAÇÕES FINANCEIRAS DE LIQUIDEZ IMEDIATA		25.515,52	9.782,68	CONTA ÚNICA		1.347.081,88	1.312.128,72
<u>DEPÓSITOS RESTITUÍVEIS E VALORES VINCULADOS</u>		<u>0,00</u>	<u>0,00</u>	<u>DEPÓSITOS RESTITUÍVEIS E VALORES VINCULADOS</u>		<u>0,00</u>	<u>0,00</u>
TOTAL		79.695.992,84	76.519.149,73	TOTAL		79.695.992,84	76.519.149,73

LEANDRO RIBEIRO GOMES DE LIMA
PREFEITO
052.943.424-56

ALLEN WALDIR RAMOS FERREIRA
CONTADOR
061.660.034-80

PREFEITURA MUNICIPAL DE GAMELEIRA

ANEXO 13 - BALANÇO FINANCEIRO

B) QUADRO ANEXO

Dezembro(31/12/2023)

ISOLADO:1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE GAMELEIRA

Exercício de 2023

Pág.: 1



Documento Assinado Digitalmente por: CLARICE PAULINO DA SILVA OLIVEIRA, LEANDRO RIBEIRO GOMES DE LIMA, ALLEN WALDIR RAMOS FERREIRA
Acesse em: <https://etce.tce-pe.gov.br/epi/validaDoc.seam> Código do documento: 9ecf2e48-6b94-41d6-85ef-b6757e502424

B) QUADRO ANEXO

ESPECIFICAÇÃO	EXERCÍCIO ATUAL			EXERCÍCIO ANTERIOR		
	Receita Orçamentária	Deduções da Receita	Saldo (f=d-e)	Receita Orçamentária	Deduções da Receita	Saldo (f=d-e)
0 ORDINÁRIO	27.717.198,08	9.237.520,16	18.479.677,92	50.734.237,82	9.080.586,26	41.653.651,56
1 VINCULADO	52.834.317,52	0,00	52.834.317,52	26.321.962,64	0,00	26.321.962,64
ED RECURSOS VINCULADOS À EDUCAÇÃO	39.998.100,99	0,00	39.998.100,99	24.695.755,59	0,00	24.695.755,59
OU RECURSOS VINCULADOS À OUTRAS DESTINAÇÕES	1.398.940,82	0,00	1.398.940,82	923.707,75	0,00	923.707,75
SD RECURSOS VINCULADOS À SAÚDE	11.437.275,71	0,00	11.437.275,71	702.499,30	0,00	702.499,30
TOTAL	80.551.515,60	9.237.520,16	71.313.995,44	77.056.200,46	9.080.586,26	67.975.614,20

LEANDRO RIBEIRO GOMES DE LIMA
PREFEITO
052.943.424-56

ALLEN WALDIR RAMOS FERREIRA
CONTADOR
061.660.034-80



NOTAS EXPLICATIVAS DO BALANÇO DA PREFEITURA DA GAMELEIRA

IDENTIFICAÇÃO DA PESSOA JURÍDICA

A Prefeitura Municipal da Gameleira é uma pessoa jurídica de direito público interno, representando a Entidade máxima de administração pública no Município, sendo a sede do Poder Executivo, tendo autonomia política, administrativa, patrimonial e financeira.

Criado oficialmente como Município por força de Lei Estadual, a Prefeitura Municipal surgiu inscrita sobre o CNPJ 11.343.902/0001-47, estando atualmente localizada na rua 13 de dezembro, s/n, Centro da Gameleira, representando Entidade máxima na administração pública no referido Município, sendo a sede do Poder Executivo.

Atualmente, segundo dados do IBGE de 2022, o Município da Gameleira conta com 18.214 habitantes e sua economia baseia-se no cultivo da cana de açúcar, milho, mandioca, feijão mas tem um boa produção de borracha, limão, manga, maracujá.. Neste cenário a Prefeitura Municipal é responsável por legislar sobre os assuntos de interesse local, suplementando a legislação Federal e Estadual no que couber, além de instituir e arrecadar os tributos de sua competência.

Mais importante que a função reguladora e disciplinadora em nosso Município, a Prefeitura Municipal tem a função de criar o bem-estar da população, oferecendo a todos sem distinção o acesso a serviços públicos de educação, saúde, assistência social, cultura, cuidar e proteger a infraestrutura arquitetônica e ambiental do município, mediante ao ordenamento e planejamento territorial.

A estrutura administrativa e operacional da prefeitura é composta por um quadro de servidores, contratados por meio de concursos públicos, processos seletivos e nomeação direta, estes das mais variadas áreas de formação profissional. Para divulgação de informações a sociedade se utiliza do portal <https://gameleira.pe.gov.br/>.

APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As Diretrizes Contábeis - O Balanço da Gestão do Município da Gameleira integra a Prestação de Contas Anual do Prefeito Municipal da Gameleira e refere-se às ações governamentais executadas pelas diversas Secretarias e Fundos da Administração Pública Municipal Direta e Indireta, integrantes do Orçamento Fiscal.

No ano de 2008, foi publicada a Portaria do Ministério da Fazenda nº 184, de 25 de agosto de 2008, que dispõe sobre as diretrizes a serem observadas no Setor Público (pelos Entes públicos) quanto aos procedimentos, práticas, elaboração e divulgação das demonstrações contábeis, de forma a torná-los convergentes com as Normas Internacionais de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público. A partir dessa Portaria, a Secretaria do Tesouro Nacional começou a introduzir mudanças na contabilidade pública no sentido de promover, de forma gradual, a convergência às Normas Internacionais de Contabilidade publicadas pela *International Federation of Accountants* – IFAC, instruções e Plano de Contas do Sistema de Auditoria Eletrônica do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco e às Normas Brasileiras de Contabilidade aplicadas ao Setor Público editadas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, respeitados os aspectos formais e conceituais estabelecidos na legislação vigente.



As demonstrações que compõem o Balanço de Gestão do Município, foram elaboradas em consonância com os dispositivos da Lei nº 4.320/64, que estatui normas gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal; da Lei Complementar nº 101/2000, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal;

Da lei nº 1.231/2022 de 07/12/2022, que dispõe sobre o Plano Plurianual para o ano de 2022/2025.

Lei 1.223/2022 de 15/09/2022, que dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para o ano de 2023;

Lei 1.230/2022 de 07/12/2022, que dispõe sobre a Lei Orçamentária Anual da Gameleira para o exercício de 2023;

Do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – MCASP, publicado pela Secretaria do Tesouro Nacional, bem como das Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCT 16) e outras normas que regulam o assunto.

Para a contabilização da execução dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social foram utilizados os critérios constantes do art. 35 da Lei nº 4.320/64.

Para divulgação de informações a sociedade se utiliza do portal <https://gameleira.pe.gov.br/>.

A contabilização do exercício de 2023 foi feita no Sistema de Contabilidade Pública Integrada – SCPI. Consideram o exercício econômico o ano-calendário, e todos atendem as normas e legislações em vigor. As demonstrações contábeis e suas respectivas notas explicativas estão apresentadas com valores expressos em reais.

O Balanço de Gestão do Município, referente ao exercício financeiro de 2023 está composto pelas seguintes demonstrações: Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial, pela Demonstração das Variações Patrimoniais, Mutações do Patrimônio Líquido e Demonstrativo dos Fluxos de Caixa, exigidos pela Lei nº 4.320/64 e complementado por Notas Explicativas.

RESUMO DAS POLÍTICAS CONTÁBEIS CRITÉRIOS NA ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Aspectos Gerais das Demonstrações Contábeis

As estruturas das demonstrações contábeis contidas nos anexos da Lei nº 4.320/1964 foram alteradas pela Portaria STN nº 438/2012, em consonância com os novos padrões da Contabilidade Aplicada ao Setor Público (CASP).

A elaboração das demonstrações contábeis das IPCs tem por base as contas contábeis do modelo de Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP) aplicável à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, estendido pelo Plano de Contas Contábil do TCE/PE.

Critérios de Reconhecimento e Classificação das Receitas e Despesas Orçamentárias

No Balanço Financeiro, as receitas e as despesas orçamentárias estão elencadas por sua fonte/destinação de recurso. As receitas são reconhecidas pelo regime de caixa e as despesas são reconhecidas de acordo com o seu empenhamento, ou seja, antes mesmo do fato gerador da despesa ter ocorrido, conforme art. 60 da Lei Federal nº 4.320/64. De forma que, as despesas empenhadas e não pagas, reconhecidas como restos a pagar, são acrescidas do lado dos “Ingressos” como “Recebimentos Extraorçamentários”, conforme parágrafo único do art. 103 da Lei Federal



nº 4.320/64.

CrITÉRIOS DE RECONHECIMENTO E CLASSIFICAÇÃO DOS RECEBIMENTOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS

As contas listadas como Recebimentos Extraorçamentários são todas aquelas cujos valores transitaram positivamente em contas do sistema financeiro. Consideram-se ainda os valores inscritos em restos a pagar, que por força do parágrafo único do artigo 103 da Lei Federal 4.320/64 compõem esse grupo para fazer contrapartida aos valores empenhados na despesa orçamentária e não pagos. Nesse grupo são evidenciados os ingressos não previstos no orçamento, que serão restituídos em época própria, por decisão administrativa ou sentença judicial. A seguir, o departamento de contabilidade listou o significado dos principais grupos de contas apresentados como Recebimentos Extraorçamentários:

Restos a Pagar (Inscritos no Período)

Representam todos os valores inscritos em restos a pagar no final do exercício de 2023, processados ou não processados a pagar; Receita Extraorçamentárias – Representam os ingressos de recursos que se constituem obrigações relativas a consignações em folha, fianças, cauções, etc.

CrITÉRIOS DE RECONHECIMENTO E CLASSIFICAÇÃO DOS PAGAMENTOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS

As contas listadas no grupo de Pagamentos Extraorçamentários são todas aquelas cujos valores transitaram negativamente em contas do sistema financeiro. Nesse grupo são evidenciados os pagamentos que não precisam se submeter ao processo de execução orçamentária, como:

Restos a Pagar (Pagamentos no Período)

Representam todos os valores pagos de restos a pagar durante o exercício de 2023;

Despesas Extraorçamentárias

Representam o pagamento de todos os ingressos extras orçamentários, como o pagamento das consignações em folha, devolução de fianças, cauções, etc.

BALANÇO FINANCEIRO

O processo de planejamento orçamentário, que pressupõe a ação planejada e transparente, a execução orçamentária também deve se pautar de modo apropriada, ou seja, o ciclo orçamentário deve ser acompanhado durante a sua fase de execução para que ações de controle possam ser efetivadas à medida que os resultados dos programas governamentais se apresentarem aquém do inicialmente estabelecido, ou na hipótese de se desejar um aperfeiçoamento da ação.

Inicialmente, é conveniente esclarecer que a FONTE DE RECURSOS aqui referida não se confunde com a “fonte” definida no nível 4 da classificação econômica da receita, refere-se a uma importante característica que distingue as receitas públicas em dois grandes grupos: **vinculadas e não-vinculadas**. Conforme o Manual de Contabilidade Pública Aplicada ao Setor Público, 8ª edição, por meio do orçamento público, as fontes/destinações são associadas a determinadas despesas de forma a evidenciar os meios para atingir os objetivos públicos.

Logo, o orçamento do município não foi planejado para executar por “Fonte de Recurso”, elaborado pelo o gestor anterior, havendo muitas distorções de previsões de receitas sem nenhum critério de aplicação e destinação, dificultando toda a execução orçamentária e a demanda da sociedade em busca dos seus benefícios.



O Anexo 13 da Lei nº 4.320/64, define a estrutura do Balanço Financeiro, no qual a Receita Orçamentária é desdobrada segundo sua destinação e funções e a Despesa Orçamentária segundo sua destinação e funções. Os Ingressos e os Dispendios do Balanço Financeiro para os Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social demonstram o movimento das operações financeiras do exercício, evidenciando a Receita e a Despesa Orçamentárias, os recebimentos e os pagamentos de natureza Extra Orçamentária, bem como os saldos financeiros provenientes do exercício anterior e os que se transferem para o exercício seguinte, conforme demonstrado abaixo:

1. INFORMAÇÕES DE SUPORTE E DETALHAMENTO DE ITENS APRESENTADOS NAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS ATRAVÉS DAS REFERENCIAS CRUZADAS:

1.1 Referência cruzadas e notas explicativas:

INGRESSOS			
ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercicio Atual	Exercicio Anterior
RECEITA ORÇAMENTÁRIA		71.313.995,44	67.975.614,20
<u>ORDINÁRIO</u>	1	18.479.677,92	41.653.651,56
<u>VINCULADO</u>	2	52.834.317,52	26.321.962,64
RECURSOS VINCULADOS À EDUCAÇÃO		39.998.100,99	24.695.755,59
RECURSOS VINCULADOS À OUTRAS DESTINAÇÕES		1.398.940,82	923.707,75
RECURSOS VINCULADOS À SAÚDE		11.437.275,71	702.499,30
TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS		0,00	0,00
<u>TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS PARA A EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA</u>		0,00	0,00
<u>TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS INDEPENDENTES DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA</u>		0,00	0,00
<u>TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS PARA APORTES DE RECURSOS PARA O RPPS</u>		0,00	0,00
<u>TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS PARA APORTES DE RECURSOS PARA O RGPS</u>		0,00	0,00
RECEBIMENTOS EXTRA-ORÇAMENTARIOS	3	7.044.353,16	7.501.858,11
<u>INSCRIÇÃO DE RESTOS A PAGAR</u>		1.970.206,21	2.675.201,01
RP NÃO PROCESSADOS - INSCRIÇÃO NO EXERCÍCIO		0,00	1.447.358,44
RP PROCESSADOS - INSCRIÇÃO NO EXERCÍCIO		1.970.206,21	1.227.842,57
<u>DEPÓSITOS RESTITUÍVEIS E VALORES VINCULADOS</u>		4.790.745,64	4.546.220,90
RPPS - RETENÇÕES SOBRE VENCIMENTOS E VANTAGENS		15.342,79	14.481,34
CONTRIBUIÇÃO AO RGPS		2.382.387,41	2.250.074,21
PENSÃO ALIMENTÍCIA		26.118,36	25.416,43
PLANOS DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA MÉDICA		15.161,80	16.103,90
RETENÇÕES - ENTIDADES REPRESENTATIVAS DE CLASSES		122.739,51	122.314,37
RETENÇÕES - EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS		2.228.995,77	2.090.408,00
OUTROS VALORES RESTITUÍVEIS		0,00	27.422,65
<u>OUTROS RECEBIMENTOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS</u>		283.401,31	280.436,20
CRÉDITOS A RECEBER POR REEMBOLSO DE SALÁRIO FAMÍLIA PAGO		211.210,34	238.674,81
CRÉDITOS A RECEBER POR REEMBOLSO DE SALÁRIO MATERNIDADE PAGO		72.190,97	41.761,39
SALDOS DO EXERC. ANTERIOR	4	1.337.644,24	1.041.677,42
<u>CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</u>		1.337.644,24	1.041.677,42
CONTA ÚNICA		1.312.128,72	1.031.894,74
APLICAÇÕES FINANCEIRAS DE LIQUIDEZ IMEDIATA		25.515,52	9.782,68
<u>DEPÓSITOS RESTITUÍVEIS E VALORES VINCULADOS</u>		0,00	0,00
TOTAL		79.695.992,84	76.519.149,73



Nota 01 – RECEITA ORDINÁRIO: A receita ordinária totalizou R\$ 18,479,677,92, representando 25,91% da receita orçamentária que totalizou 71,313,995,44.

Nota 02 – RECEITA VINCULADO: A receita de recursos vinculados totalizou R\$ 52,834,317,52, representando 74,09% da receita orçamentária que totalizou 71,313,995,44.

Nota 03 – RECEBIMENTOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS: Os ingressos extraorçamentários totalizam R\$ 7.044,353,16, sendo R\$ 4,790,745,65, decorrentes de depósitos, consignações bancárias e valores restituíveis, R\$ 1,970,206,21 relativo à inscrição dos restos a pagar e R\$ 283,401,31 de outros recebimentos extraorçamentários.

Nota 04 – SALDOS DO EXERC. ANTERIOR: O valor disponível em conta única em 31/12/2022 foi de R\$ 1,312,128,72, além de R\$ 25,515,52 em aplicação.

DISPÊNDIOS			
ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
DESPESA ORÇAMENTÁRIA		54.142.527,39	50.147.368,67
<u>ORDINÁRIO</u>	5	<u>22.707.937,20</u>	<u>21.728.220,10</u>
<u>VINCULADO</u>	6	<u>31.434.590,19</u>	<u>28.419.148,57</u>
RECURSOS VINCULADOS À EDUCAÇÃO		30.003.208,63	27.221.930,67
RECURSOS VINCULADOS À OUTRAS DESTINAÇÕES		1.431.381,56	1.197.217,90
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS	7	17.398.152,18	19.091.321,98
<u>TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS - INDEPENDENTES DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA</u>		<u>0,00</u>	<u>0,00</u>
<u>TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS PARA APORTES DE RECURSOS PARA O RPPS</u>		<u>0,00</u>	<u>0,00</u>
<u>TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS PARA APORTES DE RECURSOS PARA O RGPS</u>		<u>0,00</u>	<u>0,00</u>
<u>TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS PARA A EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA</u>		<u>17.398.152,18</u>	<u>19.091.321,98</u>
REPASSE CONCEDIDO		17.398.152,18	19.091.321,98
PAGAMENTOS EXTRA-ORÇAMENTÁRIOS	8	6.743.467,96	5.942.814,84
<u>PAGAMENTOS DE RESTOS A PAGAR</u>		<u>1.906.870,53</u>	<u>939.740,87</u>
RP NÃO PROCESSADOS PAGOS		1.110.999,07	0,00
RP PROCESSADOS PAGOS		795.871,46	939.740,87
<u>DEPÓSITOS RESTITUÍVEIS E VALORES VINCULADOS</u>		<u>4.534.832,76</u>	<u>4.766.251,51</u>
CONTRIBUIÇÃO AO RGPS		2.175.318,82	2.501.635,43
OUTROS CONSIGNATÁRIOS		0,00	12.883,08
PENSÃO ALIMENTÍCIA		26.118,36	27.329,29
PLANOS DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA MÉDICA		15.326,90	17.157,00
RETENÇÕES - EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS		2.198.198,03	2.076.122,37
RETENÇÕES - ENTIDADES REPRESENTATIVAS DE CLASSES		110.851,65	122.581,76
RPPS - RETENÇÕES SOBRE VENCIMENTOS E VANTAGENS		9.019,00	8.542,58
<u>OUTROS PAGAMENTOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS</u>		<u>301.764,67</u>	<u>236.822,46</u>
CRÉDITOS A RECEBER POR REEMBOLSO DE SALÁRIO FAMÍLIA PAGO		214.643,95	205.677,24
CRÉDITOS A RECEBER POR REEMBOLSO DE SALÁRIO MATERNIDADE PAGO		87.120,72	31.145,22
SALDOS P/O EXERC. SEGUINTE	9	1.411.845,31	1.337.644,24
<u>CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</u>		<u>1.411.845,31</u>	<u>1.337.644,24</u>
APLICAÇÕES FINANCEIRAS DE LIQUIDEZ IMEDIATA		64.763,43	25.515,52
CONTA ÚNICA		1.347.081,88	1.312.128,72
<u>DEPÓSITOS RESTITUÍVEIS E VALORES VINCULADOS</u>		<u>0,00</u>	<u>0,00</u>
TOTAL		79.695.992,84	76.519.149,73



A análise do Balanço Financeiro permite verificar todos os valores que interferiram de alguma forma no resultado financeiro do exercício, visto que este deve listar todos os ingressos e saídas financeiras executadas no período.

Nota 05 – DESPESA ORDINÁRIA: A despesa ordinária (despesas empenhadas no exercício referente a recursos próprios), totalizou R\$ 22,707,937,20, representando 41,94% da despesa orçamentária.

Nota 06 – DESPESA VINCULADO: A despesa vinculado (despesas empenhas com fontes de recursos vinculadas a programas e/ou convênios federais ou estaduais), totalizou R\$ 31,434,590,19, representando 58,06% da despesa orçamentária.

Nota 07 – TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS: O valor contabilizado das transferências financeiras concedidas foi de R\$ 17,398,152,18.

Nota 08 – PAGAMENTOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS: Os pagamentos extraorçamentários totalizam R\$ 6,743,467,96, sendo R\$ 4,534,832,76, decorrentes de depósitos, consignações bancárias e valores restituíveis, R\$ 1,906,870,53 relativo a pagamentos dos restos a pagar e um valor total de R\$ 301,764,67 referente a outros pagamentos extraorçamentários.

Nota 09 - SALDOS P/O EXERC. SEGUINTE: O valor disponível em conta única em 31/12/2023 foi de R\$ 1.347.081,88, além de R\$ 64,763,43 em investimentos.

A análise e a verificação do Balanço Financeiro têm como objetivo predominante preparar os indicadores que servirão de suporte para a avaliação da gestão financeira. Tal demonstrativo parte do saldo inicial de 2022 (ou final de 2023) e demonstra a entrada e saída de recursos financeiros, bem como suas equivalências, até chegar ao saldo final disponível em bancos conta movimento e aplicações, ao término de 2023.

Dessa forma, podemos demonstrar resumidamente a composição e movimentação do saldo financeiro, conforme segue:



2. OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES

2.1 Passivos contingentes e compromissos contratuais não reconhecidos:

Os ativos e passivos contingentes poderão ser reconhecidos nas demonstrações contábeis nas contas de controle dos atos potenciais ativos e passivos



2.2 Divulgações não financeiras:

Não se aplica a este demonstrativo.

2.3 Reconhecimento de inconformidades que podem afetar a compreensão do usuário sobre o desempenho e o direcionamento das operações da entidade no futuro:

Não há registro de eventos que possam afetar a compreensão do usuário quanto ao desempenho futuro das operações da entidade.

2.4 Ajustes decorrentes da omissão e erros de registros:

Não há o que registrar quanto a este demonstrativo.

3. SALDOS SIGNIFICATIVOS DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA MANTIDOS, MAS QUE NÃO ESTEJAM DISPONÍVEIS PARA USO IMEDIATO POR RESTRIÇÕES LEGAIS OU CONTROLE CAMBIAL:

Saldo em 31/12/2022	Saldo em 31/12/2023
R\$ 0,00	R\$ 0,00

4. INFORMAÇÕES RELEVANTES SOBRE TRANSAÇÕES DE INVESTIMENTOS E FINANCIAMENTOS QUE NÃO ENVOLVEM O USO DE CAIXA

Saldo em 31/12/2022	Saldo em 31/12/2023
R\$ 0,00	R\$ 0,00

5. AJUSTES DECORRENTES DE RETENÇÕES

Nada a registrar quanto a este balanço.

6. INFORMAÇÕES ADICIONAIS EXIGIDAS PELO ANEXO X E XI DA RESOLUÇÃO TCE-PE Nº 047/2018 E PELO ÍNDICE DE CONSISTÊNCIA E CONVERGÊNCIA CONTÁBIL (ICC) DO TCE-PE

6.1 Eventuais Ajustes relacionados às Retenções e Outras Operações que impactem no Balanço Financeiro

As retenções são consideradas como pagas no momento da liquidação, em contrapartida com contas do grupo extraorçamentários e apropriados orçamentariamente para cada caso, não implicando em interferência no saldo em espécie que necessitem de eventuais ajustes.

6.2 Detalhamento das Deduções das Receitas Orçamentárias por fonte de recurso

ESPECIFICAÇÃO	EXERCÍCIO ATUAL		
	Receita Orçamentária	Deduções da Receita	Saldo (f=d-e)
0 ORDINÁRIO	27.717.198,08	9.237.520,16	18.479.677,92
1 VINCULADO	27.717.198,08	9.237.520,16	18.479.677,92
ED RECURSOS VINCULADOS À EDUCAÇÃO	52.834.317,52	0,00	52.834.317,52
OU RECURSOS VINCULADOS À OUTRAS DESTINAÇÕES	39.998.100,99	0,00	39.998.100,99
SD RECURSOS VINCULADOS À SAÚDE	1.398.940,82	0,00	1.398.940,82
TOTAL	11.437.275,71	0,00	11.437.275,71
TOTAL	80.551.515,60	9.237.520,16	71.313.995,44

Pela natureza e estrutura do demonstrativo as receitas foram evidenciadas pelos valores líquidos após o abatimento das deduções na fonte de recursos ordinários. Desta forma, a receita bruta total foi de R\$ 80,551,515,60, enquanto as deduções somam R\$ 9,237,520,16, representando o valor



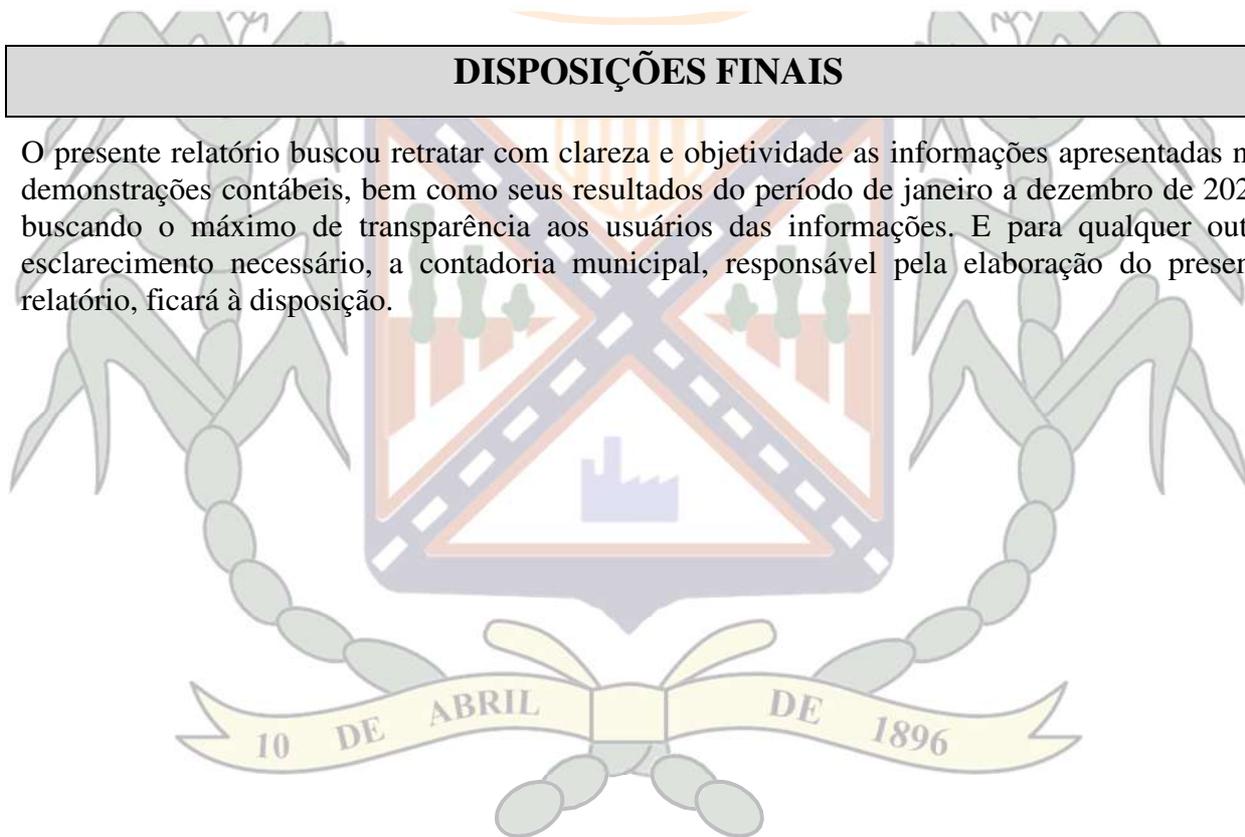
Líquido de R\$ 71,313,995,44.

Detalhando as deduções da receita, conforme demonstrativo acima, referente as deduções para a formação do FUNDEB.

Ficha	Data Lanc	Cód.Receita	Tipo	Emp/P	Discr.	Conta Detalh.	Valor
186		9510.00.0.0.01			COTA-PARTE DO FPM - PRINCIPAL	-8.033.611,00	
186		9510.00.0.0.01			COTA-PARTE DO ICMS - PRINCIPAL	-987.742,22	
186		9510.00.0.0.01			COTA-PARTE DO IMPOSTO ITR - PRINCIPAL	-13.890,33	
186		9510.00.0.0.01			COTA-PARTE DO IPI - MUNICÍPIOS - PRINCIPAL	-3.333,33	
186		9510.00.0.0.01			COTA-PARTE DO IPVA - PRINCIPAL	-171.211,44	
209		9510.00.0.0.04	NV		COTA PARTE DO ICMS – COMPENSAÇÃO ART. 3	-27.700,11	
TOTAL NO PERÍODO . . .						-9.237.520,11	

DISPOSIÇÕES FINAIS

O presente relatório buscou retratar com clareza e objetividade as informações apresentadas nas demonstrações contábeis, bem como seus resultados do período de janeiro a dezembro de 2023, buscando o máximo de transparência aos usuários das informações. E para qualquer outro esclarecimento necessário, a contadoria municipal, responsável pela elaboração do presente relatório, ficará à disposição.



Leandro Ribeiro Gomes de Lima
Prefeito

Clarice Paulino da Silva
Controle Interno

Allen Waldir Ramos Ferreira
Contador CRC PE nº 023266/O-4